**Tópicos para resolução de casos práticos**

(em especial, sobre a interpretação)

1. Analisar com atenção a situação, e identificar os aspectos factuais relevantes
2. Focar e analisar a disposição normativa que coloca dúvidas de interpretação quanto à norma que a mesma contém

* Analisar os conceitos jurídicos constantes da norma de forma a perceber, desde logo, se são *precisos* ou *vagos* (caso sejam precisos, perceber, ainda assim, se são ou não *polissémicos*: neste caso, o resultado da interpretação será *declarativa lata*, *média* ou *restrita* [*v.g.* exemplo dos conceitos de *culpa* (que comporta dolo, negligência, etc.), *hospital* (hospital, centros de saúde, unidades hospitalares, etc.)].

1. Analisar a eventual relevância, consoante o caso concreto, de ter em atenção as formas de interpretação (autêntica/oficial; doutrinal).
2. Partir de uma ou várias finalidades da interpretação objectivista, historicista, subjectivista, actualista (de notar que estas se entrecruzam); a objectivista tem, normalmente prevalência.
3. Passar para os elementos (argumentos) da interpretação: literal, sistemático, histórico, teleológico.

* Começar pelo elemento literal (letra da lei): recorrer à letra da disposição e tentar identificar a norma.
* Recorrer aos demais elementos extra-literais (sistemático, histórico, teleológico); dar especial primazia ao teleológico: identificar logo a razão de ser da norma.
* Cruzar os elementos com as finalidades da interpretação e optar (ex. recorrer ao *elemento literal* de um prisma actualista ou historicista; ao *elemento histórico* de um prisma objectivista ou subjectivista; ao *elemento sistemático* de um prisma actualista ou historicista; e ao *teleológico* de um prisma actualista ou historicista).

1. Depois, mesmo que não haja grandes dúvidas sobre a norma, partindo da letra da lei e analisados os elementos extra-literais, confirmamos (ou não) se a interpretação que fazemos da disposição é exactamente a que decorre, desde logo, da letra da lei.

* Se for a mesma coisa, chegamos a uma interpretação declarativa (ainda que quando a norma contenha um termo polissémico, a interpretação possa ser declarativa lata, restrita ou média).
* Se os elementos extra-literais nos dizem que a norma diz menos ou mais do que o que devia dizer, então chegamos a uma *interpretação extensiva* (abrangemos no âmbito da norma algo que à partida parecia estar excluído) ou *restritiva* (excluímos do âmbito da norma algo que à partida poderia parecer estar abrangido).

1. Podemos não conseguir chegar a uma interpretação (os aspectos referidos a partir daqui não parecem sair para o teste)

* Considerar, por um lado, as *interpretações correctiva* e *abrogante* (notar que a mesma não é admissível no nosso ordenamento)
* Considerar a possibilidade de desenvolvimento imanente à lei
* existência de uma lacuna e a respectiva necessidade de recorrer à analogia;
* necessidade de ir para além da letra da lei, ou reduzir tal letra, ainda no âmbito do espírito dessa mesma lei (extensão e redução teleológicas)
* Considerar a possibilidade ainda mais extrema de desenvolvimento judicial superador da lei (ainda que *intra ius*, dentro do ordenamento j.)
* Possibilidade de recurso a princípios do sistema jurídico, como o p. da justiça, da boa fé, confiança, etc.; efectuar ponderação
* Possibilidade de o juiz, caso não possa recorrer a princípios ou a analogia, resolver o caso de acordo com “*norma que o próprio intérprete criaria, se houvesse de legislar dentro do espírito do sistema*” (o intérprete criaria, mas do prisma do legislador).

1. Não esquecer de (i) definir sucintamente os conceitos utilizados na resolução dos casos, como forma de demonstração de conhecimento [ex. recorrendo ao elemento teleológico, que diz respeito à razão de ser da lei, considero que no presente caso tenho de fazer uma interpretação restritiva (aquela em que o resultado da interpretação é mais restrito que o significado literal da lei)…]; (ii) citar a norma respectiva do Código Civil (ex. de acordo com o elemento teleológico [que consiste na razão de ser da lei, e que é admitido no art. 9.º/1 do CC)…].